

# EM QUESTÃO: O MÉTODO \*

Ivana Veraldo\*\*

Uma breve apreciação da produção acadêmica que tenta analisar a educação por seus fundamentos, ou pela história, desperta certa inquietação relativa aos parâmetros teórico-metodológicos empregados. O que se constata, numa primeira análise, é que não existe por parte dos pesquisadores muita preocupação com esclarecimentos das fontes utilizadas, com a clareza do referencial teórico ou com o método que se propõe a usar para explicar a sociedade e a educação. Parte-se, apressadamente, para o estudo de temas da educação, sem antes tê-la compreendido como parte integrante da sociedade, sem considerar-se que a educação só é explicada se a sociedade o for anteriormente, enfim, sem antes ter delineado muito claramente a compreensão de trabalho e de sociedade que a fundamentam.

Pressupõe-se que, se a dinâmica da produção da vida não é muito bem compreendida, o método utilizado fica comprometido. Fundamentalmente, se não se tem clareza sobre a sociedade e, conseqüentemente, sobre o método, os problemas ficam prejudicados no ato de sua definição e/ou explicitação. É com base nestes pressupostos que se parte para a formulação de uma questão fundamental, e outra que dela decorre.

Em primeiro lugar e principalmente: até que ponto a base material e suas reais alterações vêm sendo suporte para os encaminhamentos

---

\* Trabalho apresentado na V Conferência Brasileira de Educação, realizada em Brasília, de 02 a 05-08-88.

\*\* Professora colaboradora da Área de Fundamentos da Educação (Pedagogia), Universidade Estadual de Maringá-PR.

dos problemas formulados na área educacional? E, com objetivo de exemplificar, formula-se a seguinte questão: se a universalização da produção e das trocas já se objetivou, como explicar a utilização de parâmetros com suporte do nacionalismo para encaminhamento dos problemas? Verifica-se, então, que a segunda questão é exemplificativa da primeira e, dessa forma, a resposta daquela fornecerá subsídios para esta. Responder a estas questões, porém, não é tarefa fácil que possa ser esgotada em um texto simples como este. Por isso, pretende-se, apenas, fazer algumas considerações em torno da segunda questão. Para tanto, faz-se necessário retomar historicamente o significado do nacionalismo, o que nos remete, num primeiro momento, ao período mais conhecido por transição da Idade Média para a Idade Moderna (séculos XV – XVI – XVII).

Na Idade Média, a base material da sociedade definia-se pela propriedade individual dos meios de trabalho, que eram muito pouco desenvolvidos. A produção individual, com objetivo de atender ao consumo imediato, era limitada pelo precário desenvolvimento das forças produtivas. A sociedade, desta forma organizada, exigia relações de dependência pessoais e locais.

No entanto, um gradativo desenvolvimento das forças produtivas possibilitou a produção de excedentes. A necessidade de trocá-los exigia uma nova forma de organizar a sociedade, já que a descentralização inerente à sociedade feudal não correspondia a essas transformações que vinham se objetivando na base material. Alianças entre a burguesia comercial e a realeza foram efetivadas com o objetivo de derrubar a nobreza e o clero. Enfim, destruir a ordem feudal com medidas como: unificação da língua para facilitar as trocas, unificação da moeda, eliminação dos impostos dos vários feudos, construção de estradas para facilitar o comércio, apoio financeiro dos burgueses aos monarcas, visando consolidá-los no poder, legislações protecionistas, etc. O nacionalismo destruiu as fronteiras políticas e culturais que dificultavam o desenvolvimento das forças produtivas, realizando as aspirações da burguesia européia, que tinha suas atividades de troca, de comércio, impossibilitadas pelas relações feudais. Os Estados Nacionais, portanto, emergem como expressão política dessas transformações.

Eliminadas as barreiras feudais, ultrapassado o simples comércio de excedentes, dominada a produção, estabelecida a produção mecanizada em larga escala, a construção política da nação dos séculos anteriores começa, contraditoriamente, a prejudicar a dinâmica de reprodução do capital a partir do século XIX.

A transição da livre concorrência para a forma mais avançada do Imperialismo é apreendida em 1877 pelos chapeleiros do Rio de Janeiro. Estes, preocupados com a grande importação de chapéus e detectando a precariedade da indústria nacional, verificam que os chapéus produzidos no estrangeiro são de melhor qualidade e mais baratos. Afirmam que “. . . o fabricante, a fim de concorrer em preços com o chapéu estrangeiro, tem sido obrigado a introduzir no fabrico máquinas dos sistemas os mais aperfeiçoados, com as quais acabam maior quantidade de obra e dispensam número considerável de operários. Não é isso uma censura ao fabricante, que desta forma procura melhorar os seus interesses, acompanhando o progresso do presente século, tanto mais que dessas máquinas resultam grandes benefícios para o artista, tornando-lhe a arte mais suave. . .” (CARONE, 1979, p. 201).

Para melhor ilustrar, citam-se outros exemplos, mais recentes, que demonstram a contraditoriedade da manutenção das barreiras nacionais:

a) o hemisfério sul é possuidor de 75% das espécies de plantas existentes em todo o mundo. No entanto, a tecnologia mais desenvolvida para o processo de coleta e apropriação dessas plantas localiza-se nos países do norte (REVISTA CIÊNCIA HOJE, p. 09). As políticas nacionalistas dificultam a utilização deste conhecimento, pejorativamente chamado de estrangeiro, e propõe a sua recriação no interior de cada nação;

b) discute-se, hoje, a questão da exploração do subsolo brasileiro, e o maior número de propostas correm no sentido de nacionalizá-la. Corre-se o risco, com essa exacerbação do nacionalismo, de que os minérios que podem ser encontrados no subsolo brasileiro tornem-se obsoletos, pois, conforme SUSLICK (p. 23), “. . . o que hoje é estratégico em face a um determinado estado da arte e da técnica, amanhã poderá ser deslocado pelo aparecimento de um novo processo”;

c) no início das sociedades modernas, a matéria-prima contribuía em 50% do valor final do produto. Hoje, por exemplo, na indústria produtora de “chips” de computadores, tal percentual não ultrapassa 3% (CIÊNCIA HOJE, p. 09). Isto significa que, atualmente, o poder industrial não está mais localizado somente na propriedade de matérias-primas, mas, principalmente, no domínio de tecnologia. E este domínio não se localiza, necessariamente, no interior do espaço geográfico de uma única nação.

Os dados/exemplos apresentados confirmam a afirmação feita de que a manutenção das barreiras nacionais dificultam o desenvolvimento

das forças produtivas num nível mais acelerado. O processo de exigência de nacionalização é uma preocupação que também se torna clara na área educacional, como se pode verificar em José Veríssimo (em 1889), e, de uma forma geral, na maioria dos encaminhamentos didático-pedagógicos dados ao ensino. O livro de Veríssimo, *A Educação Nacional*, foi publicado pela primeira vez quando o Brasil inaugurava a República e reeditado quando se passou a falar da Nova República em 1985. Publicado num período em que o nacionalismo não mais respondia às exigências da produção da vida, este livro passa, contraditoriamente, a conclamar uma educação nacional, livros nacionais, escolas nacionais, problemas nacionais, enfim.

Se, desde o final do século passado, os homens passam, equivocadamente, a reivindicar medidas nacionalistas, é, neste século, que estas se acirram. São reivindicações que passam pelas Campanhas Civilistas de Rui Barbosa (1909), pelo fechamento da nação no período da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial (1914-1917), que se consolidaram no surgimento da Liga Nacionalista, da Liga de Defesa Nacional e, especialmente, na campanha pelo serviço militar obrigatório. E, ainda, pelas medidas tomadas de 1917 a 1919, visando ao fechamento das escolas estrangeiras e apoiando a organização de escolas nacionais no interior das colônias de imigrantes, pela Semana de Arte Moderna em 1922, pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, etc.

Porém, o local mais fecundo para as idéias nacionalistas foi, sem dúvida, o ISEB — Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Este Instituto (criado em 1955 e extinto em 1964), foi organizado com o objetivo fundamental de criar uma “cultura brasileira”, e, talvez, a frase mais eloqüente, a mais expressiva tenha sido a de Álvaro Vieira Pinto, “. . . tudo que é nacional passa a ser racional. . .” (MOTA, p. 173). Grande parte dos textos da educação estão fundamentados na produção deste órgão, não levando em consideração uma análise do nível de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade em geral.

Poderíamos citar, ainda, como marcando profundamente o pensamento educacional, a produção da CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina, organizada no final da década de 40 —, cuja produção teórica, também de cunho nacionalista, é amplamente utilizada pelos educadores sem nenhum questionamento maior.

Ao mesmo tempo em que ocorre a proliferação das idéias nacionalistas no Brasil, a prática social dos homens apresenta dados que permitem, no mínimo, questionar a posição convicta dos seus defensores. Como,

por exemplo, a assinatura de um tratado na cidade de Roma, em 1957, criando o Mercado Comum Europeu, destinado a "...estabelecer as fundações de uma união entre os povos da Europa e a garantir o progresso econômico e social de suas ações por meio de uma ação comum que teria por finalidade a eliminação de todas as barreiras que dividem a Europa" (REVISTA VEJA, p. 20).

Este tratado reflete a necessidade de destruição das barreiras nacionais para que as forças produtivas continuem a se desenvolver mais rapidamente. O Mercado Comum Europeu (MCE) é a grande expressão da negação do nacionalismo.

Essas considerações em torno do nacionalismo servem de direção para responder à segunda questão formulada: se a universalização da produção e das trocas já se objetivou, se o Mercado Comum Europeu, a Comunidade Econômica Européia são realidades (ver VEJA, n.º 20), se as multinacionais não estão sujeitas às sanções jurídicas de nenhum país em particular, como, então, explicar a utilização de parâmetros nacionalistas para encaminhar problemas? E, de certa forma, estas considerações fornecem subsídios para responder à primeira e central questão: até que ponto a base material e suas reais alterações vêm sendo suporte para encaminhamentos dos problemas formulados na área educacional?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. CARONE, E. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo. Rio de Janeiro, Difel, 1979.
02. MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira**. 3. ed., São Paulo, Ática, 1977.
03. REVISTA CIÊNCIA HOJE (Editorial). vol. 6, n.º 32, jun./1987.
04. SUSLICK, S. B. Minerais estratégicos e inovação tecnológica. **Revista Brasileira de Tecnologia**. 19(3), mar. 1988.
05. TOLEDO, C. N. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2. ed. São Paulo, Ática, 1982.
06. TOLEDO, R. P. A caminho da grande nação. **Revista Veja**, 20(20), maio 1988.
07. VERÍSSIMO, J. **A educação nacional**. 3. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.